



a
Autêntica

Alfabetização

apropriação do sistema de escrita alfabético

Andréa Galvão, Marília de Lúcio Coutinho,
Tânia Maria Rioc Leibe e Roseane Pereira da Silva

Artur Gomes de Morais
Eliana Borges Correia de Albuquerque
Telma Ferraz Leal
(orgs.)

Ministério
da Educação



DIVERSIDADE DE ATORES E PLURALIDADE DE CAMINHOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

JOSÉ BARBOSA DA SILVA

Professor da Universidade Federal da Paraíba,
mestre e doutorando em Educação (FACED-UFC)

TIMOTHY D. IRELAND

Diretor de Educação de Jovens e Adultos na Secretaria de Educação Continuada,
Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC)

NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL TEM SIDO marcada por dois movimentos de naturezas diferentes: o desenvolvimento de um movimento nacional de fóruns estaduais de educação de jovens e adultos, construído pelos diversos atores que compõem o campo da EJA, e a retomada pelo Governo Federal, a partir de 2003, de uma política pública de EJA coordenada e conduzida pela União. Inspirados pela mobilização em torno da V CONFINTEA em 1996, os fóruns ocuparam um espaço deixado pela falta de uma política governamental. A partir de 2003, foram se qualificando como interlocutores do governo federal na construção de uma política pública de educação vista como peça fundamental na estratégia de combate à exclusão social e à desigualdade, desigualdade que remete a forte heterogeneidade na distribuição da educação de qualidade entre os brasileiros ao longo da história.

TIMOTHY IRELAND

APÓS CONCLUIR GRADUAÇÃO EM LETRAS NA UNIVERSIDADE DE EDIMBURGO, PASSOU dois anos na Espanha dando aula de inglês. Trabalhou com assistente social junto a pessoas com deficiência auditiva antes de completar um Mestrado em Educação de Adultos. Em 1979, mudou-se para a Região Nordeste do Brasil, onde lecionou no Programa de Pós-Graduação em Educação de Adultos na Universidade Federal da Paraíba. Terminou um Ph.D. em Educação na Universidade de Manchester, em 1988. Ao retornar a Paraíba continuou lecionando, pesquisando e desenvolvendo atividades de extensão em alfabetização e educação de adultos. Em 2004, foi nomeado Diretor de Educação de Jovens e Adultos no Ministério da Educação, em Brasília.

JOSÉ BARBOSA DA SILVA

GRADUADO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL, TRABALHOU de 1982 a 1988, pelo Serviço de Educação Popular (SEDUP), com atuação no interior da Paraíba. cursou o Mestrado de Educação de Adultos, na UFPB, em fins dos anos de 1980 e início de 1990. Entre 1992 e 1993, atuou no Programa de Aplicação de Tecnologia Apropriada às Comunidades (PATAC), com sede na cidade de Campina Grande (PB). Junto ao Centro de Documentação e Publicação Popular (CEDOP - João Pessoa -PB) produziu diversos documentos em vídeos sobre lutas populares da cidade e do campo. Desde 1993, é professor do Centro de Educação na Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é doutorando em Educação, pela Universidade Federal do Ceará.

DIVERSIDADE DE ATORES E PLURALIDADE DE CAMINHOS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS*

JOSÉ BARBOSA DA SILVA

Professor da Universidade Federal da Paraíba, mestre e doutorando em Educação (FACED-UFC)

TIMOTHY D. IRELAND

Diretor de Educação de Jovens e Adultos na Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC)

NA ÚLTIMA DÉCADA, DOIS MO(VI)MENTOS MARCARAM profundamente o percurso da educação de jovens e adultos no Brasil. O primeiro foi o processo preparatório iniciado em 1996 para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos – CONFINTEA, realizada em 1997, que se caracteriza como um movimento fortemente vinculado à sociedade civil organizada. No bojo da mobilização para a CONFINTEA, o Estado do Rio de Janeiro criou o primeiro fórum estadual de educação de jovens e adultos. Desde então, a iniciativa foi seguida pelos demais estados brasileiros que criaram os seus fóruns, de diversas configurações, no intuito de influenciar as políticas públicas e a práxis educativa. O segundo momento de fundamental importância para a educação no Brasil foi a retomada pelo governo federal, a partir de 2003, da luta contra a exclusão social e a desigualdade, desigualdade que remete à forte heterogeneidade na distribuição da educação de qualidade entre os brasileiros ao longo da história. Nesse processo, o governo chama para si a responsabilidade pela formulação, financiamento e condução de uma política de educação de jovens e adultos que destaca, no primeiro momento, o papel atribuído à alfabetização como um dos eixos estratégicos

da política educacional do país, integrando-se a outras políticas públicas voltadas para a inclusão dos grupos sociais historicamente excluídos.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação –MEC– inaugurou, pela primeira vez na sua estrutura administrativa, uma secretaria destinada a esse campo. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade –SECAD– traduz eixos organizadores de ação. Educação Continuada expressa a centralidade da agenda para jovens e adultos, que extravasa os limites da escolarização formal e destaca a de educação para toda a vida, sobretudo para os milhões de brasileiros que ainda não se beneficiaram do ingresso e da permanência na escola. Alfabetização expressa a prioridade política e o foco na cidadania. Diversidade, enfim, para explicitar uma concepção forte não só de inclusão educacional, mas, sobretudo, de respeito, tratamento e valorização dos múltiplos contornos de nossa diversidade étnico-racial, cultural, de gênero, social, ambiental e regional.

Os dois mo(vi)mentos têm criado uma nova dinâmica frente ao desafio do analfabetismo, em que a estratégia do governo busca valorizar e incorporar a diversidade de atores e reconhecer a pluralidade de possíveis caminhos metodológicos, ao tempo em que desenvolve uma interlocução profícua com o movimento nacional dos fóruns sobre a agenda prioritária para uma política pública de educação de jovens e adultos. O texto a seguir busca aprofundar e contextualizar melhor a rica e, às vezes contraditória, complexidade desses mo(vi)mentos cujo desafio maior:

“(...) é o de criar políticas que busquem colocar em prática a meta estabelecida em Jomtien de Educação para Todos. Não qualquer educação, mas educação de qualidade, que atenda aos interesses e às necessidades de aprendizagem daquela grande parcela da população brasileira excluída de qualquer

* Uma primeira versão desse texto, intitulado *Atores diversos e pluralidade de caminhos na alfabetização de pessoas jovens e adultas: ganhos e perdas*, foi publicado no *Boletim Brasil Alfabetizado em Movimento*, TV Escola/Salto para o Futuro/MEC, Rio de Janeiro, em setembro de 2004.

participação no sistema educacional do País. Uma educação que respeite os conhecimentos e as culturas das camadas populares e os grupos e classes sociais historicamente excluídas de qualquer participação efetiva, ativa e cidadã no destino e nos rumos do país. Busca-se, assim, contribuir através da educação para transformar o Brasil que, até agora, tem sido um país de poucos, em um Brasil país de todos". (IRELAND, MACHADO & IRELAND, 2005: 95)

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

Desde a Constituição de 1988, a legislação brasileira vem reforçando o conceito da educação como direito de todos: crianças, jovens, adultos e idosos, destacando a importância da superação do analfabetismo para a construção de um sentido pleno e amplo de cidadania. O próprio Plano Nacional de Educação (Lei 10.172 de 09/01/2001) estabelece entre as suas metas o estabelecimento de programas “visando a alfabetizar 10 milhões de jovens e adultos, em cinco anos e, até o final da década, erradicar o analfabetismo”.

Campanhas de alfabetização de jovens e adultos vêm sendo realizadas no Brasil, desde a década de 1940, em nome do combate ao analfabetismo. Mesmo assim, ainda hoje o analfabetismo atinge a 14,6 milhões da população brasileira com 15 anos ou mais. Outros 16 milhões têm menos de quatro anos de estudos e mais de 17 milhões de pessoas não concluíram o ensino fundamental (PNAD/IBGE 2004). Isto significa que, de uma população de 137,7 milhões de brasileiros acima de 15 anos, em 2004, mais da metade, ou 68 milhões, não possuem sequer o ensino fundamental completo.

As conseqüências do analfabetismo e do baixo nível de escolarização na conjuntura das sociedades contemporâneas são amplas, constituem um empecilho à liberdade plena das pessoas, afetam a auto-estima, são um impedimento concreto ao exercício da cidadania. As sociedades modernas são grafocêntricas, o padrão de educação recebido pelo indivíduo passou a ser um dos elementos determinantes para o tipo de inserção social deste. Na contemporaneidade, cobram-se das pessoas qualificação e efetividade dos conhecimentos em determinados campos do saber e tornou-se consenso admitir que boa parte dos conhecimentos e das competências hoje exigidas ao indivíduo é decorrente da formação escolar. Cobra-se da escola a função de ensinar como aprender. Nesta conjuntura, as populações não escolarizadas são as que mais padecem. Por isso a escolarização passa a ser apontada como elemento decisivo na busca de uma cidadania ativa e participativa para todas as pessoas.

Essa realidade fez com que o acesso à escola se tornasse um desejo de todos, independentemente de realidades geográficas, de gênero, raça, etnia, idade ou classe social nas quais a pessoa se insira. Para o jovem e para o adulto, a escola passou a representar a possibilidade de aquisição de conhecimentos capazes de elevar a própria auto-estima e de facilitar a busca para um emprego melhor (MEC, 1999: 42-43). Voltar a estudar, mesmo numa escola que se apresente precária em suas estruturas, é para muitos a retomada de um sonho, o sonho de viver dias mais venturosos.

A EJA EM MOVIMENTO

Nos últimos anos, cresceu significativamente o número de jovens e adultos matriculados no ensino fundamental, contabilizando, em termos comparativos, uma das maiores taxas de crescimento em todo o sistema. De

acordo com dados do Censo Escolar, no período de 2000 a 2006, a matrícula na modalidade Educação de Jovens e Adultos cresceu 43%, com destaque para as regiões Norte e Nordeste. O acesso dos jovens e adultos à escola vem sendo facilitado em decorrência de práticas escolares implementadas pelos estados e municípios e também através de iniciativas advindas da sociedade civil, muitas vezes com o apoio financeiro do poder público. Contudo, esse conjunto de ações não tem assegurado a permanência do jovem e adulto na escola. Isto porque não se pode confundir, nem tampouco tratar isoladamente, o acesso e a permanência. Na EJA, os números da evasão escolar, que expressam o acesso sem permanência, são alarmantes, atingindo, em muitos casos, a 50% dos alunos matriculados.

Embora o fenômeno do fracasso escolar (ou do ‘fracasso da escola’ para não remeter o ônus do ‘fracasso’ mais uma vez ao aluno trabalhador) não seja exclusividade da EJA, constitui uma marca forte dessa educação dirigida aos jovens e adultos. Na busca de uma explicação para tal, já se culpou o aluno, ora por ele ser “burro”, ora por ele estar cansado, com fome, ignorante, carente; culpou-se também o professor, por este ser mal formado, incompetente ou desestimulado (em razão da sua baixa remuneração); culparam-se também os métodos utilizados, por serem inadequados, por utilizarem materiais retrógrados ou infantilizados, por não estarem sendo bem aplicados; culparam-se os sistemas avaliativos, a seriação do ensino, o sistema de provas; culpou-se também o governo pelo seu descuido para com as escolas públicas, ou para com a educação de um modo geral. Mais recentemente, a culpa pelo insucesso escolar vem recaindo nas formas como o aluno aprende. Ao contrário da corrente anterior, que colocava o ensino como o foco central, essa atual concepção passa a defender que, na verdade, o problema deveria estar centrado no outro pólo, no da aprendizagem.

Em meio a esta arena, permanece o desejo de se encontrar uma escola de sucesso e o desafio se avoluma quando os educandos são jovens e adultos. Para a educação de jovens e adultos, de acordo com o Parecer CEB 11/2000, emitido por Jamil Cury, advoga-se uma escola que seja ao mesmo tempo reparadora, eqüitativa e qualificadora.

Reparadora, pelo esforço de se superar uma injustiça praticada historicamente contra amplos setores da sociedade brasileira, a de excluí-los do direito de freqüentar a escola. Na atualidade, a

Lei 9.394 assegura a obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental para todos, inclusive para os que a ele não tiveram acesso.

O aspecto equitativo da EJA decorre da necessidade de se oferecer oportunidades diferenciadas de aprendizagem, dando-se maiores oportunidades a quem mais precisa, possibilitando estratégias diferenciadas de ensino-aprendizagem - isto porque os alunos não são iguais, nem nos seus níveis de escolarização, nem nas suas estratégias de compreensão/assimilação de conteúdos. Tal heterogeneidade recomenda, numa mesma sala, a utilização simultânea de estratégias, o uso sincrônico de materiais didáticos diferentes, em permanente observância às necessidades de cada aluno.

Entretanto, sem que se possa descuidar das funções anteriores, a mais relevante atribuição da EJA é a de ser qualificadora. E aqui reside a sua maior dificuldade. Isto porque a qualificação envolve todos os aspectos da ação educativa. Em se tratando da educação escolar, a própria concepção que a escola tem de si e do seu papel social é parte de sua função qualificadora. Neste sentido, os conteúdos difundidos em sala de aula, as situações criadas em função do ensino e da aprendizagem, as concepções teórico-conceituais e a forma como a escola se administra fazem parte da função qualificadora da escola.

A função qualificadora aqui referida não é uma atribuição para ser vivida nas séries avançadas do ensino, mas para ser iniciada já na alfabetização; alfabetização compreendida como conhecimento básico necessário a todos, como aquisição de habilidades para a leitura e escrita, como uma habilidade primordial, pilar para o desenvolvimento de outras habilidades. A alfabetização, por isso, não tem um fim em si mesma, ela é base para uma série de outros conhecimentos; uma atividade que um dia começa e que se vai ampliando, desenvolvendo-se, melhorando-se, como sugere a indagação de Magda Soares:

Que habilidades de leituras são necessárias para que o indivíduo se insira de forma adequada nos contextos de modernização econômica e política, respondendo adequadamente às competências de leitura exigidas social e profissionalmente? (In: RIBEIRO, 1999 – Prefácio.).

A alfabetização, como define Leda Tfouni,

...refere-se à aquisição da escrita enquanto aquisição de habilidades para leitura, escrita e

as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal. A alfabetização pertence, assim, ao âmbito do individual (TFOUNI, 2000: 9-10).

Mas também, alfabetização que

...ultrapassa de muito a mera aquisição de uma ‘técnica’ – saber ler e escrever; a alfabetização é fundamentalmente um processo político através do qual grupos excluídos dos direitos sociais civis e políticos têm acesso a bens culturais que são sonhados e que são um capital indispensável na luta pela conquista desses direitos, pela participação no poder e pela transformação social (SOARES apud GALVÃO e DI PIERRO, 2007: 78).

VELHAS PRÁTICAS, NOVAS POSSIBILIDADES?

Historicamente, o acesso de jovens e adultos, sem escolarização, a processos de alfabetização tem sido concebido como um problema a ser resolvido de uma forma emergencial. A alfabetização, como elemento integrante da educação de jovens e adultos, tem sido vista como algo excepcional que existe porque houve uma disfunção do sistema de ensino. A educação de crianças e adolescentes não é postulada como problema e, sim, como um direito do cidadão, um processo natural de formação de um povo, uma exigência normal de uma sociedade moderna. Assim, para os jovens e adultos que não tiveram acesso ao sistema de ensino, montam-se campanhas e projetos que têm características de um tratamento em curto prazo, emergencial, e de solução a um problema - como se fosse uma epidemia, no sentido médico, isto é, a educação dessa população não é vista como um processo. O analfabetismo não pode ser tratado como um fenômeno isolado, sob pena de correremos o risco de lançar mão novamente dos velhos instrumentos de ‘combate’ ao analfabetismo, que tanto marcaram a história da educação de adultos neste e em muitos outros países. A campanha de massa, sua expressão maior, se mostrou de comprovada ineficácia na grande maioria das vezes em que foi empregada.

Na procura de soluções para esse ‘problema’, tem se valido de práticas de parceria entre governos federal, estadual e municipal e organizações da sociedade civil - ONG’s, universidades, movimentos sociais, populares e sindicais – e alguns elementos do setor privado. Vale questionar porque sucessivos governos têm lançado mão com tanta frequência e insistência desta estratégia para desenvolver ditas políticas públicas no campo da EJA, quando esta prática tem sido significativamente menos utilizada em outras modalidades de ensino. Levanta a dúvida sobre o verdadeiro foco dessa parceria: a busca da qualidade e da pluralidade que a diversidade pode propiciar ou uma simples medida de economia de escala. Para os pobres, uma opção pobre, enquanto se reserva para os sistemas de ensino uma garantia de recursos financeiros e humanos mais estáveis.

Recentemente, o conceito e a prática de parceria voltaram a ocupar um lugar central na agenda da alfabetização de jovens e adultos. Aqui, voltamos para os nossos dois mo(vi)mentos iniciais como representativos dessa tendência: o movimento dos Fóruns de EJA e o Programa Brasil Alfabetizado do Governo Lula.

O surgimento do movimento dos fóruns teve como inspiração inicial a convocação da UNESCO para a organização de reuniões locais e nacionais preparatórias para a V Conferência Internacional de Educação de Adultos

(V CONFINTEA), realizada em Hamburgo em julho de 1997. O movimento, como já dito, inicialmente liderado pelo Estado de Rio de Janeiro, se espalhou nos anos seguintes para a grande maioria dos estados brasileiros. Hoje, além dos fóruns estaduais, existe um crescente número de fóruns regionais. Embora cada fórum tenha as suas especificidades, todos se baseiam numa articulação entre os diversos segmentos que atuam no campo da EJA: o poder público, as universidades, o sistema 'S' e as ONGs, movimentos sociais e sindicais. Constituem um espaço democrático, crítico e plural de articulação em que se busca discutir a construção de políticas locais e nacionais de EJA, bem como intercambiar experiências diversas nos campos da formação e da concepção metodológica. O confronto entre concepções teóricas e propostas metodológicas diversas exige o exercício do espírito democrático da convivência e do reconhecimento da importância da pluralidade e diversidade como base de uma sociedade democrática. O espaço dos fóruns também potencializa um grau maior de articulação entre os diversos atores envolvidos, sem negar as óbvias diferenças e tensões nem sempre fáceis de serem superadas.

O Programa Brasil Alfabetizado também busca articular os esforços desse conjunto de atores em prol de um processo de inclusão educacional de jovens e adultos, não apenas como uma etapa abreviada de alfabetização, mas como o início de um processo diretamente articulado com escolarização continuada. Assim, em princípio, o programa busca superar a prática histórica de oferecer uma oportunidade breve e desconexa de escolaridade. Ressalta a importância de um processo educativo de qualidade como elemento constitutivo da construção de uma cidadania consciente e ativa, que parte do princípio do respeito pela diversidade e pela especificidade dos indivíduos. Busca dar conteúdo e sentido real à almejada colaboração entre união, estados e municípios e aprofundar a prática da responsabilidade social com base na participação de entidades da sociedade civil, mas sem abrir mão da responsabilidade do estado na coordenação e condução de políticas públicas.

Não há dúvida que o movimento dos Fóruns e o Programa Brasil Alfabetizado representam as principais expressões da educação de jovens e adultos em movimento na atualidade. Expressam as potencialidades, as tensões e os conflitos inerentes a esse movimento. Ilustram a dificuldade de atores diversos construir uma política nacional que represente a rica diversidade de interesses e necessidades em termos étnicos, raciais, culturais, ideológicos, regionais e de gênero da população brasileira. Ilustram também a dificuldade de edificar uma política que visa articular o aumento da qualidade dos sistemas de ensino com a construção das bases para a equidade e inclusão social. Recoloca questões recorrentes ligadas à formação dos educadores engajados nesses processos, à disponibilidade de material didático e de leitura específicos, ao monitoramento e à avaliação do processo de ensino-aprendizagem e à articulação entre os processos educativos e os de qualificação profissional.

PARA ALÉM DA ESCOLARIZAÇÃO

Sem diminuir a importância da escolarização de jovens e adultos, vale salientar que o movimento da EJA abarca um processo bem mais amplo. Claramente, numa sociedade como a brasileira, com índices baixos de escolaridade entre a população jovem e adulta, a dimensão da alfabetização e escolarização dirigidas àqueles que deixaram de frequentar a escola durante

a infância se impõe como prioridade. Mas a educação de adultos não se reduz a práticas escolares de caráter compensatório. Para a **Declaração de Hamburgo** (1997), a EJA é um processo que acompanha as pessoas ao longo da vida e "*engloba todo o processo de aprendizagem, formal ou informal, onde pessoas consideradas 'adultas' pela sociedade desenvolvem suas habilidades, enriquecem seu conhecimento e aperfeiçoam suas qualificações técnicas e profissionais, direcionando-as para a satisfação de suas necessidades e as de sua sociedade*".

A escolarização de jovens e adultos, nesse contexto, é um suporte às possibilidades de comunicação, locomoção, inserção social, exercício da liberdade e de cidadania das pessoas. Ela não tem fim em si mesma, afina-se a desejos dos indivíduos e sintoniza-se a conjunturas sociais e históricas, conecta-se com as demandas do mundo no qual as pessoas se inserem.

Neste sentido, a educação de jovens e adultos tem muito a aprender a partir de sua interlocução e convivência com instâncias das organizações e movimentos populares e com os métodos desenvolvidos na educação popular, empreendidos pelas diversas entidades que atuam neste meio: movimentos de mulheres, movimentos ecológicos, movimentos em prol da moradia popular, movimentos étnicos, movimentos partidários e sindicais, movimentos que discutem questões de gênero, movimentos que defendem as liberdades e preferências sexuais, entre outros. A riqueza de saberes que pode advir destes encontros, por si só, justifica a importância de uma estratégia de parceria baseada na dialogicidade, que presume a compreensão de uma democracia plural, que abraça as diferenças e respeita a diversidade.

PERSPECTIVAS E DESAFIOS

Em 2007, o Brasil enfrenta novos 'velhos' desafios. Ao longo dos últimos três anos, o que o governo federal procurou fazer foi construir para a esfera pública uma efetiva política de Estado para a educação de jovens e adultos. Sempre tendo como norte os compromissos assumidos no Plano Nacional de Alfabetização, na Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien, na V CONFINTEA, em Hamburgo, e na Década de Alfabetização das Nações Unidas, o MEC vem buscando contribuir para a construção de novos desenhos de políticas públicas que atendam as necessidades da população brasileira, contem-

plem as particularidades do público jovem e adulto e garantam a universalização do direito à educação por toda a vida.

A efetividade da agenda educacional brasileira, e em especial para as ações que procuram resgatar a dívida histórica do país no que se refere à educação, não pode prescindir de uma ampla articulação entre os três níveis de Governo – federal, estadual e municipal – e do enraizamento, em definitivo, da compreensão de que o analfabetismo deve se constituir parte de uma política pública, integrada e permanente.

A partir da consolidação desses marcos conceituais, inaugura-se *nova fase do Brasil Alfabetizado*. Neste novo formato, as diretrizes políticas ganham maior concretude e novos elementos de caráter qualitativo são inseridos na execução do programa. Na proposta de redesenho, há a garantia de maior aporte de recursos orçamentários, que possibilita dar maior ênfase à ação de formação dos alfabetizadores, e apoiar os parceiros nas ações de supervisão e monitoramento, material didático e suporte para o funcionamento dos projetos de alfabetização que desenvolvem.

No cenário internacional, o comprometimento do Brasil com o Plano Iberoamericano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos e a sua indicação para sediar a VI CONFINTEA em 2009 abrem novas perspectivas e desafios. A realização da CONFINTEA pela primeira vez no hemisfério sul possibilita o surgimento de novos paradigmas para a EJA, na medida em que contempla aspectos intimamente relacionados aos países emergentes. A Conferência tem importância estratégica para o desenvolvimento da educação de jovens e adultos no Brasil e na Região e para a agenda de cooperação sul-sul, em que o país desempenha um significativo papel, influenciando, definitivamente, os futuros rumos da aprendizagem de adultos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Conferência Internacional sobre Educação de Adultos. (V: 1997: Hamburgo, Alemanha). *Declaração de Hamburgo: agenda para o futuro*, Brasília, Brasil, SESI/UNESCO, 1999, 67p.

Galvão, Ana Maria de Oliveira & Di Pierro, Maria Clara. *Preconceito contra o analfabetismo*, São Paulo, Cortez, 2007.

Ireland, Timothy, Maria Margarida Machado e Vera Esther Ireland. “Os desafios da educação de jovens e adultos: vencer as barreiras da exclusão e da inclusão tutelada”, em Kruppa, Sonia M. Portella (org.), *Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos*, Brasília, INEP/MEC, 2005.

Krug, Andréa & José Clóvis de Azevedo. “Século XXI: Qual conhecimento? Qual currículo?”, em Silva, Luiz Heron da (org.). *Século XXI: Qual conhecimento? Qual Currículo?*, Petrópolis- RJ, Vozes, 1999.

Ministério da Educação e do Desporto, *Educação de jovens e adultos: proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental*, São Paulo, Ação Educativa/Brasília: MEC, 1999.

Ribeiro, Vera Masagão. *Alfabetismo e atitudes*, Campinas, Papirus/Ação Educativa, 1999.

Soares, Leônicio José Gomes. *Educação de jovens e adultos*, Rio de Janeiro, DP&A, 2002.

Tfouni, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*, São Paulo, Cortez, 2000.

